

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Alameda Rio Negro, 585 - 2º Andar - Sala 27 - Alphaville
CEP: 06454-904 - Barueri - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A., submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras acompanhadas das Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

As demonstrações financeiras apresentadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, configuradas pela Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Ativo	Nota	2019	2018
Circulante		49.243	14.753
Disponibilidades		1.049	738
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4	6.001	8.002
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	6.001	8.002
Operações de arrendamento mercantil		(1.356)	(2.795)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber			
Setor privado		86.606	72.416
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(86.076)	(72.009)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1.886)	(3.202)
Outros créditos		43.549	8.808
Diversos	7	43.549	8.808
Outros valores e bens		-	-
Outros valores e bens	10	-	-
(Provisões para desvalorizações)		-	(1.102)
Realizável a longo prazo		50.910	44.350
Operações de arrendamento mercantil		(2.491)	(5.961)
Arrendamentos e subarrendamentos a receber			
Setor privado		104.201	128.422
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(104.201)	(128.422)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(2.491)	(5.961)
Outros créditos		53.401	50.311
Diversos	7	53.401	50.311
Permanente		203.582	193.580
Imobilizado de uso		8	9
Outras imobilizações de uso		173	173
(Depreciações acumuladas)		(165)	(164)
Imobilizado de arrendamento		203.574	193.571
Bens arrendados	9	291.112	254.311
(Depreciações acumuladas)		(87.538)	(60.740)
Total do ativo		303.735	252.683

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RESULTADO

O patrimônio líquido da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ao final do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 82.771 mil (2018 - R\$ 47.706 mil) um crescimento de 73,5%. O lucro líquido de R\$ 35.065 mil representou uma rentabilidade de 53,8% sobre o Patrimônio Líquido médio (2018 - R\$ 20.834 mil).

ÍNDICE DA BASILEIA

O Banco Central do Brasil determina às instituições a financeiras manter um Patrimônio de Referência (PR) compatível com os riscos de suas atividades, superior ao requerimento mínimo do Patrimônio de Referência Exigido, conforme estabelecido pelas Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013. O índice de Adequação de Capital é

(Em milhares de Reais)

	Nota	2019	2018
Passivo		303.735	252.683
Circulante		145.868	147.722
Depósitos		134.714	134.950
Depósitos interfinanceiros	11	134.714	134.950
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais		-	1.180
Finame		-	1.180
Outras obrigações		11.154	11.592
Fiscais e previdenciárias	12	2.215	2.541
Diversas		8.939	9.051
Exigível a longo prazo		74.979	56.936
Outras obrigações		74.979	56.936
Fiscais e previdenciárias	12	3.617	4.330
Diversas		71.362	52.606
Resultados de exercícios futuros		13	319
Patrimônio líquido		82.771	47.706
Capital			
de domiciliados no País		183.253	183.253
Reservas de lucros		7.565	5.812
Prejuízos acumulados	14	(108.047)	(141.359)
Total do passivo		303.735	252.683

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

calculado de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial - Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. e, atingiu ao final do exercício de 2019 o percentual de 14,1% (2018 - 15,6%) percentual acima do limite mínimo (PR) de 8,0%, exigido pelo Banco Central do Brasil.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao acionista, aos clientes e a rede de concessionários pela confiança e credibilidade e em especial aos nossos funcionários e colaboradores, pela dedicação e empenho que possibilitaram o desenvolvimento de nossos produtos e serviços.

São Paulo, 13 de março de 2020

A Administração

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo por ação)

	Nota	2º Semestre 2019	2019	2018
Receitas da intermediação financeira		42.620	84.492	73.969
Operações de arrendamento mercantil	6	42.448	84.120	73.621
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5	172	372	348
Despesas da intermediação financeira		(28.488)	(60.515)	(62.598)
Operações de captação no mercado	11	(3.768)	(7.970)	(7.559)
Operações de empréstimos e repasses		(6)	(24)	(86)
Operações de arrendamento mercantil	6	(28.700)	(56.784)	(47.537)
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	6	3.986	4.263	(7.416)
Resultado bruto da intermediação financeira		14.132	23.977	11.371
Outras receitas/despesas operacionais		(18.693)	(25.394)	(5.371)
Rendas de tarifas bancárias		117	267	137
Outras despesas administrativas	15	(1.939)	(4.084)	(4.326)
Despesas tributárias	16	(14.084)	(15.290)	(2.206)
Outras receitas operacionais	17	1.671	2.869	5.711
Outras despesas operacionais	18	(4.458)	(9.156)	(4.687)
Resultado operacional		(4.561)	(1.417)	6.000
Resultado não operacional		19	94	572
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		(4.467)	(845)	6.050
Imposto de renda e contribuição social		20	36.658	35.910
Provisão para imposto de renda		(372)	(557)	(2.530)
Provisão para contribuição social		(329)	(477)	(1.510)
Ativo fiscal diferido		37.359	36.944	18.824
Lucro líquido do semestre/exercício		32.191	35.065	20.834
Quantidade de ações		189.044.413	189.044.413	189.044.413
Lucro por ação:		0,170	0,185	0,110

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	2º Semestre 2019	2019	2018
Atividades operacionais	2019	2019	2018
Lucro antes dos impostos ajustado	17.025	44.137	67.705
Resultado antes da tributação sobre o lucro	(4.467)	(845)	6.050
Lucro antes dos impostos:	21.492	44.982	61.655
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.986)	(4.263)	7.416
Depreciação de imobilizado de arrendamento	23.290	48.521	44.330
Superveniência de depreciação	2.134	1.148	9.959
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	-	(1.102)	(779)
Prejuízo na alienação de bens não de uso próprio	54	678	729
Variação de ativos e obrigações	(18.487)	(45.827)	(66.704)
(Aumento) de operações de arrendamento mercantil	962	(646)	(55)
(Aquisição) de imobilizado de arrendamento	(31.649)	(59.671)	(91.692)
(Aumento)/redução de outros créditos	(3.131)	(887)	(5.339)
Redução de outros valores e bens	(32)	424	290
Aumento de depósitos	(1.219)	(236)	37.490
(Redução) de obrigações por repasses do país	(590)	(1.180)	(1.657)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(214)	(2.250)	(2.181)
Aumento/(redução) de outras obrigações	17.497	18.821	(2.975)
Aumento/(redução) de resultados de exercícios futuros	(111)	(202)	(585)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.462)	(1.690)	1.001
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(1.462)	(1.690)	1.001
Caixa e equivalente de caixa no início do semestre/exercício	8.512	8.740	7.739
Caixa e equivalente de caixa no fim do semestre/exercício	7.050	7.050	8.740
Aumento de caixa e equivalente de caixa	(1.462)	(1.690)	1.001

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Passivos contingentes - São reconhecidos contabilmente quando a opinião dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são apenas divulgados em nota explicativa.

Obrigações legais - Estão reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

k. Resultados de exercícios futuros

Referem-se às rendas recebidas antes do cumprimento do prazo da obrigação que lhes deu origem, sobre as quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, depende apenas da fluência do prazo.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil ao ano e de 15% para a contribuição social até 31 de agosto de 2015 e 20% a partir de 01 de setembro de 2015 a 31 de dezembro de 2018 e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real (Nota 20).

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06 do Banco Central do Brasil (BACEN), e levam em consideração o histórico de rentabilidade em pelo menos três dos últimos cinco exercícios sociais e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do crédito tributário no prazo máximo de 10 anos. Conforme artigo 1º §5º desta Resolução, o prazo máximo de realização de 10 anos não se aplica aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação até o limite das obrigações fiscais diferidas correspondentes.

m. Demais ativos e demais passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compostos por disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo, e estão assim demonstrados:

	2019	2018
Disponibilidades	1.049	738
Aplicações interfinanceiras de liquidez¹	6.001	8.002
Total	7.050	8.740

¹ Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias, liquidez imediata e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez eram compostas por depósitos interfinanceiros, nas seguintes faixas de vencimento:

	2019	2018
Até 90 dias	6.001	8.002
Total	6.001	8.002

O resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez foi de R\$ 372 no exercício de 2019 (R\$ 348 em 2018), apresentado na rubrica "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários".

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2019

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	183.253	4.771	(161.152)	26.872
Lucro líquido do exercício	-	-	20.834	20.834
Destinações:				
Reserva legal	-	1.041	(1.041)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	183.253	5.812	(141.359)	47.706
Mutações do exercício	-	1.041	19.793	20.834
Saldos em 1º de janeiro de 2019	183.253	5.812	(141.359)	47.706
Lucro líquido do exercício	-	-	35.065	35.065
Destinações:				
Reserva legal	-	1.753	(1.753)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	183.253	7.565	(108.047)	82.771
Mutações do exercício	-	1.753	33.312	35.065
Saldos em 1º de julho de 2019	183.253	5.956	(138.629)	50.580
Lucro líquido do semestre	-	-	32.191	32.191
Destinações:				
Reserva legal	-	1.609	(1.609)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	183.253	7.565	(108.047)	82.771
Mutações do semestre	-	1.609	30.582	32.191

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), é uma sociedade por ações de acordo com a Lei nº 6.404/76, que tem por objetivo principal efetuar operações de arrendamento mercantil definidas pela legislação em vigor, inclusive sujeito às normas e controles do Banco Central do Brasil (BACEN).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária, normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

A Diretoria autorizou em 13 de março de 2020 a conclusão dos trabalhos de elaboração das Demonstrações Financeiras.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

b. Estimativas contábeis

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação da realização da carteira de operações de arrendamento mercantil para determinação da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, os estudos técnicos para estimar os períodos de realização dos créditos tributários e da provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Sociedade revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das Demonstrações Financeiras.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por ativos financeiros com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias.

d. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Alameda Rio Negro, 585 - 2º Andar - Sala 27 - Alphaville
CEP: 06454-904 - Barueri - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

6. ARRENDAMENTOS A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS

a. Composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro e outros créditos
O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

	2019	2018
Arrendamento mercantil financeiro	222	355
Arrendamentos financeiros a receber	162.856	169.663
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros	(162.634)	(169.308)
Outros créditos (Nota 7)	34.153	-
Imobilizado de arrendamento (Nota 9)	158.527	152.534
Imobilizado de arrendamentos financeiros	234.760	207.243
Depreciação acumulada de arrendamentos financeiros	(90.699)	(70.439)
Superveniência de depreciação	14.466	15.730
Outras obrigações (Nota 12)	(13.595)	(9.628)
Credores por recebimentos antecipados	(364)	(32)
Credores por antecipação de valor residual	(13.231)	(9.596)
Arrendamento mercantil financeiro	179.307	143.261

b. Composição da carteira de arrendamento mercantil operacional

As operações de arrendamento mercantil operacional não compõem o valor presente da carteira de arrendamento.

	2019	2018
Operações de arrendamento mercantil	308	52
Arrendamentos operacionais a receber	27.951	31.175
Rendas a apropriar de arrendamentos operacionais	(27.643)	(31.123)
Imobilizado de arrendamento (Nota 9)	45.047	41.037
Imobilizado de arrendamentos operacionais	56.352	47.068
Depreciação acumulada de arrendamentos operacionais	(11.305)	(6.031)
Total	45.355	41.089

c. Resultado com operações de arrendamento mercantil

	2º Semestre		
	2019	2019	2018
Receita de operações de arrendamento mercantil e outros créditos	42.448	84.120	73.621
Arrendamento financeiro	33.432	67.601	62.904
Rendas de arrendamento financeiro	33.303	66.395	52.360
Superveniência de depreciação	-	986	9.959
Subsídio de arrendamento financeiro (Nota 15)	129	220	585
Arrendamento operacional	7.355	14.265	8.063
Rendas de arrendamento operacional	7.355	14.265	8.063
Lucro na alienação de bens arrendados	750	865	1.628
Recuperação de arrendamentos baixados como prejuízo	911	1.389	1.026
Despesa de operações de arrendamento mercantil	(28.700)	(56.784)	(47.537)
Arrendamento financeiro	(24.137)	(48.543)	(43.133)
Depreciação de bens de arrendamento financeiro	(22.003)	(46.409)	(43.133)
Insuficiência de depreciação	(2.134)	(2.134)	-
Arrendamento operacional	(3.933)	(7.611)	(4.404)
Depreciação de bens de arrendamento operacional	(5.716)	(10.884)	(5.976)
Depreciação econômica de bens de arrendamento operacional	1.783	3.273	1.572
Prejuízo na alienação de bens arrendados	(630)	(630)	-
Total	13.748	27.336	26.084

d. Superveniência/Insuficiência de depreciação

As diretrizes contábeis adotadas para a contabilização das operações atendem às normas do Banco Central do Brasil (BACEN), específicas para instituições de arrendamento mercantil. De acordo com a Circular nº 1.429/89, a Sociedade registrou um ajuste em insuficiência de depreciação no exercício de 2019 no valor de R\$ 1.148 (superveniência de R\$ 9.959 em 2018), classificada em despesas de operações de arrendamento mercantil, equivalentes ao ajuste do efetivo valor presente dos fluxos futuros das operações de arrendamento, determinados com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação. O saldo do ajuste para superveniência de depreciação em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 14.466 (R\$ 15.730 em 2018), está classificada na conta "Imobilizado de arrendamento", no balanço patrimonial. O ajuste para superveniência gerou uma provisão para imposto de renda diferido no valor de R\$ 3.617 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 4.330 em 2018), registrados na conta "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" (Nota 12a).

e. Composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro e operacional e outros créditos e provisão para perdas, por diversificação de produto

	2019		2018	
	Valor presente	Provisão	Valor presente	Provisão
Leasing financeiro	145.154	4.377	142.073	9.155
Finame leasing	-	-	1.188	8
Leasing operacional	308	-	52	-
Outros Créditos	34.153	-	-	-
Total	179.615	4.377	143.313	9.163

f. Composição da carteira de arrendamento mercantil financeiro e operacional, outros créditos e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco e segregado por créditos em curso normal e operações vencidas

Nível de risco	% provisão mínima		Curso normal		Curso anormal		Total
	requerida	presente	Provisão	presente	Provisão	presente	
AA	0%	38.857	-	-	-	38.857	-
A	0,5%	99.870	499	-	-	99.870	499
B	1%	26.643	266	-	-	26.643	266
C	3%	2.564	77	1.715	51	4.279	128
D	10%	31	3	44	4	75	7
E	30%	9.162	2.749	-	-	9.162	2.749
G	70%	-	-	5	4	5	4
H	100%	-	-	724	724	724	724
Total	177.127	3.594	2.488	783	179.615	4.377	2.444

Nível de risco	2018		2018		Total
	Valor	Provisão	Valor	Provisão	
AA	0%	6.114	-	-	6.114
A	0,5%	87.550	438	-	87.550
B	1%	18.751	187	161	18.912
C	3%	2.802	84	650	3.452
D	10%	66	7	84	150
E	30%	26.682	8.004	-	26.682
F	50%	74	37	5	79
H	100%	161	161	213	374
Total	142.200	8.918	1.113	245	143.313

g. Composição de arrendamento mercantil financeiro e operacional, outros créditos e provisão para perdas por diversificação e por setor econômico

Nível de risco	2019		2019		Total
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	
AA	34.153	2.228	2.476	-	38.857
A	13.154	9.179	77.188	349	99.870
B	-	75	26.568	-	26.643
C	880	28	3.311	60	4.279
D	-	-	75	-	75
E	-	-	9.162	-	9.162
G	-	5	-	-	5
H	-	635	62	27	724
Total	48.187	12.150	118.842	436	179.615

Nível de risco	2018		2018		Total
	Indústria	Comércio	Outros serviços	Pessoas físicas	
AA	-	3.527	2.587	-	6.114
A	6.091	2.884	78.519	56	87.550
B	331	2.183	16.292	106	18.912
C	1.215	102	2.004	131	3.452
D	-	-	150	-	150
E	-	-	26.682	-	26.682
F	-	-	79	-	79
H	-	-	374	-	374
Total	7.637	8.696	126.687	293	143.313

h. Composição da carteira de arrendamento e outros créditos por prazo de vencimento de parcelas

	2019	2018
Vencidas:	706	434
Até 90 dias	511	402
91 a 360 dias	195	32
A vencer:	178.909	142.879
Até 90 dias	18.714	16.254
91 a 360 dias	84.240	41.454
Acima de 360 dias	75.955	85.171
Total	179.615	143.313

i. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e arrendamentos baixados como prejuízo

	2019	2018
Provisão sobre operações de liquidação duvidosa	9.163	1.842
Saldo inicial	(4.263)	7.416
Constituição/(Reversão) de provisão	(523)	(95)
Baixa de arrendamentos compensados contra provisão	(95)	(95)
Saldo final	4.377	9.163
Arrendamentos baixados como prejuízo	2019	2018
Saldo inicial	64.336	65.267
Operações registradas como prejuízo	523	95
Recuperação de arrendamentos baixados como prejuízo	(445)	(642)
Descontos concedidos	(944)	(384)
Saldo final	63.470	64.336

As operações de arrendamentos baixadas para prejuízo são registradas em contas de compensação.

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

Créditos tributários de IR/CS (Nota 8)
Créditos com características de concessão de créditos¹
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21a)
Imposto de renda e contribuições a compensar
Devedores diversos - País
Total

	2019	2018
Créditos tributários de IR/CS (Nota 8)	36.337	33.317
Créditos com características de concessão de créditos¹	34.153	-
Devedores por depósitos em garantia (Nota 21a)	22.109	22.400
Imposto de renda e contribuições a compensar	2.251	2.318
Devedores diversos - País	2.100	1.084
Total	96.950	59.119

¹ Créditos a receber da Mercedes-Benz do Brasil Ltda referente à venda de Crédito de Prejuízo Fiscal, homologada pela Receita Federal do Brasil em 2019. O montante de R\$ 33.924 foi pactuado de maneira onerosa, sendo corrigida mensalmente por indicadores econômicos.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são calculados sobre prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa da contribuição social e adições temporárias.
Os créditos tributários sobre prejuízos fiscais serão realizados de acordo com a ocorrência de lucros tributáveis e os créditos tributários sobre diferenças temporárias serão realizados quando da utilização ou reversão das provisões relacionadas ou quando se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

a. Origem e natureza dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019			2018		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	2.899	1.739	4.638	4.023	2.414	6.437
Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio	-	-	-	275	165	440
Provisão para contingências fiscais	5.637	3.382	9.019	2.427	1.456	3.883
Provisão para contingências cíveis	7.690	4.615	12.305	7.237	4.342	11.579
Outros	1.235	741	1.976	1.350	810	2.160
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	17.461	10.477	27.938	15.312	9.187	24.499
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	1.085	7.314	8.399	1.299	7.519	8.818
Total de créditos tributários	18.546	17.791	36.337	16.611	16.706	33.317

Obrigações fiscais diferidas

	2019	2018
Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação (Nota 12)	(3.617)	-(3.617)
Obrigações fiscais diferidas líquidas dos créditos tributários	14.929	17.791

b. Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	2019			
	Saldo inicial	Constituição	Realização	Saldo final
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	6.437	1.371	(3.170)	4.638
Provisão para desvalorização de bens não de uso	440	58	(498)	-
Provisão para contingências fiscais	3.883	5.136	-	9.019
Provisão para contingências cíveis	11.579	855	(129)	12.305
Outros	2.160	63	(247)	1.976
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	24.499	7.483	(4.044)	27.938
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	8.818	341	(760)	8.399
Total de créditos tributários	33.317	7.824	(4.804)	36.337

Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação

	2019	2018
Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação	(4.330)	-
Créditos tributários líquido das operações fiscais diferidas	28.987	7.824

Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa

	2019	2018
Provisão para arrendamentos de liquidação duvidosa	2.211	4.749
Provisão para desvalorização de bens não de uso	470	378
Provisão para contingências fiscais	2.427	1.456
Provisão para contingências cíveis	7.115	4.964
Outros	1.529	992
Total de créditos tributários sobre diferenças temporárias	13.752	12.539
Prejuízo fiscal/Base negativa CSLL	741	8.813
Total de créditos tributários	14.493	21.352

Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação

	2019	2018
Obrigações fiscais diferidas de superveniência de depreciação	(2.471)	(1.859)
Créditos tributários líquido das operações fiscais diferidas	12.022	19.493

Os valores registrados como créditos tributários atendem aos critérios definidos na Resolução nº 3.355 de 30 de setembro de 2006. Os requisitos estabelecidos no artigo 1º, inciso II, da citada Resolução, não se aplicam aos créditos tributários originados de prejuízos fiscais ocasionados pela exclusão das receitas de superveniência de depreciação, até o limite das obrigações fiscais correspondentes, no que se refere ao prazo de realização, conforme estabelecido no artigo 5º inciso III §2º.

Os créditos tributários serão realizados à medida que as diferenças temporárias, sobre os quais são calculados através de avaliação com base nas normas legais vigentes, sejam revertidas ou se enquadrarem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização e/ou baixa se apresenta a seguir:

Exercício	Diferenças Temporárias		Prejuízo Fiscal
-----------	------------------------	--	-----------------

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

CNPJ nº 00.162.760/0001-03
Alameda Rio Negro, 585 - 2º Andar - Sala 27 - Alphaville
CEP: 06454-904 - Barueri - SP
Tel.: (11) 3792-9700 - Fax: (11) 3792-9947



☆ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

c. Contingências ativas e passivas não provisionadas

Conforme Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do Banco Central do Brasil (BACEN), as contingências passivas relevantes avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de riscos possíveis, referentes a contingências cíveis, não reconhecidas contabilmente no exercício de 2019 foram de R\$ 459 (R\$ 414 em 2018).

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a. Remuneração da Administração

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. não possui despesa própria com seu pessoal-chave da Administração por utilizar a estrutura operacional do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. ("Banco") na execução de suas atividades. Os custos pela utilização dessa estrutura são contabilizados através de contratos de convênio mantidos entre as partes e, por este motivo a remuneração do pessoal-chave da Administração está sendo apresentada nas Demonstrações Financeiras do Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A. composto por Banco e Leasing.

b. Operações com partes relacionadas

A Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. mantém transações com controladora direta, indireta e coligadas, as quais foram efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros ou pelo mercado, vigentes nas datas das operações. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão assim demonstrados:

Descrição	2019			Total
	Controladora - direta no país ¹	Coligadas no país ²	Outras ³	
Ativo				
Créditos com características de concessão de créditos ⁴	-	-	34.153	34.153
Passivo				
Depósitos interfinanceiros	134.714	-	-	134.714
Resultados de exercícios futuros	-	-	117	117
Receitas (Despesas)				
Operações de captação no mercado	(7.970)	-	-	(7.970)
Receitas de subsídios ⁵	-	-	220	220
Rendas de atualizações monetárias ativas ⁶	-	-	228	228
Outras despesas administrativas ⁴	(438)	(6)	(4)	(448)
		2018		
Passivo				
Depósitos interfinanceiros	134.950	-	-	134.950
Resultados de exercícios futuros	-	-	319	319
Receitas (Despesas)				
Operações de captação no mercado	(7.559)	-	-	(7.559)
Receitas de subsídios ⁵	-	-	585	585
Outras despesas administrativas ⁴	(438)	(79)	(3)	(520)

¹ Banco Mercedes-Benz do Brasil S.A..

² Mercedes-Benz do Brasil Assessoria Comercial Ltda

³ Mercedes-Benz do Brasil Ltda - Em abril de 2019 houve alteração no quadro societário do grupo, assim a Mercedes-Benz Leasing deixou de ser controlada indiretamente pela Mercedes-Benz do Brasil Ltda, permanecendo no mesmo grupo econômico.

⁴ Despesas de prestação de serviços e outras despesas administrativas - referem-se a instrumento particular de compartilhamento e reembolso de despesas e outras avenças.

⁵ Subsídios da Mercedes-Benz do Brasil Ltda - referem-se à equalização de taxa de juros das operações de arrendamentos, apropriados ao resultado pelo prazo do contrato.

⁶ Créditos com características de concessão de créditos referente ao contrato de venda do prejuízo fiscal da Mercedes-Benz Leasing para a Mercedes-Benz do Brasil (Nota 7).

c. Operações de crédito

Conforme a Resolução nº 4.693/18 do Banco Central do Brasil (BACEN), instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que observadas as seguintes condições:

- As operações de crédito com partes relacionadas somente podem ser realizadas em condições compatíveis com as de mercado sem benefícios adicionais ou diferenciados comparativamente às operações deferidas aos demais clientes de mesmo perfil das respectivas instituições.
- O somatório dos saldos das operações de crédito contratadas não deve ser superior a 10% (dez por cento) do valor relativo ao patrimônio líquido ajustado, observados os seguintes limites máximos individuais:
 - 1% (um por cento) para a contratação com pessoa natural; e
 - 5% (cinco por cento) para a contratação com pessoa jurídica.

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL

A gestão de riscos da empresa é feita de forma consolidada e em conformidade com as regras do Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional, estando a mesma segregada das unidades de negócio e auditoria interna.

Estão contemplados os seguintes riscos:

a. Operacional e cibernético

Em consonância com a Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, a estrutura de gerenciamento de riscos operacionais instituída é compatível com o porte da instituição.

As áreas de negócio, através de seus gestores, executam constantemente as atividades relativas a Gerenciamento do Risco Operacional. A governança do risco operacional é efetuada pelo departamento de *Compliance & Governance*, com a supervisão do Comitê de Risco, que é responsável pela aprovação da política, dos procedimentos, da estrutura e da metodologia a ser utilizada, sempre zelando pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos do Banco.

A metodologia utilizada para gestão de risco operacional contempla as seguintes fases:

- Entendimento de processo;
- Identificação de riscos e controles;
- Sugestões de novos controles e planos de ação;
- Testes de controles;
- Monitoramento.

O Conglomerado Prudencial optou pela metodologia de abordagem pelo indicador básico para o cálculo de alocação de capital.

Para fazer face à segurança cibernética, foram implementadas medidas abrangentes para reduzir o risco de ameaças que afetam nossas plataformas tecnológicas e de negócios. O Banco Mercedes-Benz considerou as melhores práticas estabelecidas no padrão ISO-27001 como base para o modelo. Tais medidas incluem, mas não se limitam a acesso e gerenciamento de privilégios, separação de ambientes de teste e produção, análise de segurança de rede, gerenciamento de incidentes, configuração básica de hardware e software, correlação de log de atividades e prevenção e remediação de *malware*.

b. Mercado e Liquidez

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de mercado e liquidez compatível com o porte do Banco.

A estrutura de gerenciamento de risco de mercado e liquidez é centralizada e independente e está sob a responsabilidade da Gerência de Riscos, estando segregada das unidades de execução e de auditoria.

Com o intuito de controlar a estratégia adotada pela organização foi instituído um Comitê específico que, aprova políticas, procedimentos, estrutura e limites operacionais

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado)

com objetivo de controlar a estratégia adotada pela organização, alinhando-a com os requerimentos da matriz (Daimler AG), Banco Central do Brasil e Conselho Monetário Nacional.

A metodologia de controle de exposição aos riscos inclui:

- Cálculo e acompanhamento da evolução do EVE (*Economic Value of Equity*);
- Testes de estresse de mercado;
- Projeção diária de caixa 120 dias;
- Projeção de encerramento mensal de caixa (*Cashflow 12 months*);
- "Gap analysis" - estratégia de descasamento entre ativo e passivo;
- Concentração de linhas de captação de recursos (exceto BNDES);
- Testes de estresse de liquidez;
- Outros.

c. Crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557/17 do Banco Central do Brasil, foi instituída estrutura de gerenciamento de riscos de crédito compatível com o porte da instituição. Para medir, monitorar e mitigar a exposição a riscos de crédito, O Banco Mercedes-Benz tem adotado um processo de gestão que envolve a contínua e integrada análise da evolução da carteira de crédito e outros compromissos assumidos. Além disso, mensalmente, reuniões e comitês específicos tratam os riscos existentes, discute e define estratégias baseadas nos cenários históricos e atuais, com base na evolução dos mercados, visando antecipar ações e mudanças que forem necessárias para mitigar os riscos associados aos nossos negócios, sejam estas ações em gestão, sistemas ou políticas. Estas reuniões envolvem a Diretoria e outros gestores de áreas diversas, que juntos alinham os processos e contribuem para uma gestão mais integrada do risco de crédito.

d. Divulgação de Informações

O demonstrativo de alocação de capital regulamentar é feita de forma consolidada tomando-se como base os dados do Conglomerado Prudencial Mercedes-Benz do Brasil S.A. Em conformidade com a regulamentação atual (Basileia III), para 31 de dezembro de 2019 o índice é de 14,09% (2018 - 15,63%), conforme apresentado abaixo:

	2019	2018
Índice da Basileia III		
Patrimônio de Referência (PR)	1.968.573	1.685.278
PR Mínimo para RWA	1.117.873	929.822
Margem Patrimônio de Referência - sem RBAN	850.700	755.456
IB - Índice da Basileia	14,09%	15,63%
Valor Correspondente ao RBAN	88.756	73.019
Adicional de Conservação de Capital Principal	349.335	202.135
Margem Patrimônio de Referência - amplo	761.944	682.437

e. Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem por objetivo estabelecer diretrizes que permitam a gestão eficaz do capital do Conglomerado Prudencial Banco Mercedes-Benz, de forma a mantê-lo compatível com a natureza das suas operações, com a complexidade dos seus produtos, com a dimensão de sua exposição a riscos e cumprindo os requerimentos do órgão regulador.

O processo de gerenciamento de capital é realizado de forma a viabilizar os objetivos estratégicos do Conglomerado Prudencial Banco Mercedes-Benz, garantindo uma postura prospectiva que antecipe eventual necessidade de capital decorrente de mudanças no cenário de negócios.

f. Informações adicionais

Em atendimento a Circular nº 3.678/13 do BACEN, o Conglomerado mantém informações adicionais de seu processo de gestão de riscos e capital, disponibilizadas no *website*: www.bancomercedes-benz.com.br na rota: "o Banco Mercedes-Benz" seguido de "Relacionamento com o Investidor".

DIRETORIA

DIEGO FERNANDO MARIN
Diretor

DIEGO JULIO NOVELLINO
Diretor

MARCELO FESTUCIA
Diretor

TATIANA YOKAYAMA E SILVA
Diretora

RENATO HIDEO WATANABE
CRC 1SP 119899/O-8

CONTADOR

CHRISTIAN HENDRIK SCHUELER
Diretor-Presidente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Acionista e Diretores da

Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

São Paulo - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mercedes-Benz Leasing do Brasil Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN").

Base para opinião com ressalva

A Sociedade registra suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6 às demonstrações financeiras. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previsto no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as

normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador - CRC 1SP153569/O-0

www.bancomercedes-benz.com.br